

**SAPIENS- FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS – GRADUAÇÃO MESTRADO
MESTRADO EM FORMAÇÃO EDUCACIONAL,
INTERDISCIPLINAR E SUBJETIVIDADE.**

CECÍLIA DA SILVA OLIVEIRA SANTOS

**A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA**

João Pessoa - PB

2013

A INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Cecília da Silva Oliveira Santos (cecisosantos@gmail.com)¹

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar se alunos com necessidades especiais estão sendo incluídos nas aulas de Educação Física, através de um questionário semi-estrutural como também foi analisado os planos de aulas de professores da rede pública das cidades de Cabedelo e João Pessoa. A educação dos especiais evoluiu no decorrer dos anos no Brasil, tendo como entidade pioneira o Instituto Benjamin Constant e o INES que são instituições subordinadas ao MEC, já na Paraíba a inclusão o Instituto de Neuropsiquiatria Infantil que oferecia apenas tratamento médico não atividades pedagógicas. Tendo como fundamentação teórica a leis educacionais que dão subsídios aos especiais e os autores Mager (2002) e Vera Lúcia (2006) que escrevem sobre o tema Educação e inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Regular. Educação especial. Educação Física

ABSTRACT:

This article aims to analyse inclusion of students with special needs on physical education classes, by a list of questions semi-structural and also analyzed lesson plans of teachers from public schools in cities of Cabedelo and João Pessoa. There was a gradual development through the years in Brazil about special needs students, the Benjamin Constant Institute and the INES, institutions secondaries to MEC, has an important contribution to this. In Paraíba the Childrens Neuropsychiatry Institute gave a medical treatment but not pedagogic activities. Having like theoretic foundation the Educational laws which give helps to special needs people and some authors Mager (2002) e Vera Lúcia (2006) who write about Inclusion and Education Themes.

KEYWORDS: Regular Teaching, Special Education, Physical Education

¹ Texto elaborado a partir das Normas da ABNT para a disciplina de Metodologia e Projeto de pesquisa do Mestrado de Formação Educacional, Interdisciplinaridade e Subjetividade.

1. INTRODUÇÃO

O ensino regular é um processo de inclusão social que vem sendo aplicado nos dias de hoje nas escolas brasileiras, por profissionais especializados que dão suporte aos professores para o aprendizado das pessoas especiais que durante anos lutaram por um lugar na sociedade.

A educação do ensino regular para alunos com necessidades especiais tem os mesmos direitos de uma educação igual aos demais alunos, sendo que muitas das vezes é preciso algumas modificações na metodologia, como modificar os exercícios praticados por pessoas sem deficiência por exercícios adequados a cada necessidade. Além disso, o funcionamento da educação escolar deve levar em consideração o modo que as pessoas com necessidades especiais precisam aprender, requerendo uma avaliação criteriosa por parte dos educadores.

Na década de 1930, a Sociedade Pestalozzi proporcionou a formação de professor especializado para viabilizar e criar recursos e metodologias específicas para o ensino regular. A esta instituição foi criada pela Educadora Helena Antipoff na cidade de Belo Horizonte, na qual se preocupava em incluir alunos com necessidades especiais na rede de ensino regular infelizmente encontrou educadores despreparados e desinteressados em investir na aprendizagem dos alunos especiais. Sendo que em 1959 surge o primeiro curso intensivo especializado na educação especial organizado pela Sociedade Pestalozzi que busca professores preparados para atender às exigências do programa de Educação Especial, este curso só veio acontecer depois da Segunda Guerra Mundial.

Tratando-se da história do ensino regular de pessoas com necessidades especiais no Brasil surgiu na década de 1980, onde as pessoas especiais eram vítimas de repúdio e descuido pela sociedade, sua educação era realizada em hospitais psiquiátricos e institutos especializados de acordo com o interesse dos familiares que possuíam irmãos, primos, entre outros membros deficientes. Já no Estado da Paraíba a educação especial teve início no ano de 1943, quando as crianças especiais eram internadas na Colônia Juliano Moreira, as crianças que eram medicadas e não recebiam acompanhamento.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo verificar como os alunos especiais estão inseridos no ensino regular das escolas públicas na cidade de João Pessoa de âmbito Municipal e Estadual, tendo como foco principal a disciplina de educação física, e procurar identificar se os Docentes aplicam uma metodologia diversificada para todas as necessidades especiais, sendo importante levar em consideração a participação destes alunos nas aulas de educação física, pois se percebe que eles estão excluídos dessas aulas e não tendo assim uma interação com os demais alunos.

Para a realização da inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular acontecer é necessário que se estabeleça métodos que devem ser exercidos dentro do processo metodológico de ensino adotado pela instituição. A iniciativa de preparar esse estudo partiu da percepção de como os educadores da disciplina de educação física lidam com as diferenças entre os docentes, ou seja, a aula de educação física no ensino regular com alunos especiais traz a experiência dos métodos de ensino que estão sendo aplicado nos planos de aulas dos professores.

A falta de inclusão desses alunos no ensino regular ocorre devido às limitações na execução das atividades, ou seja, os métodos não estão adaptados corretamente às necessidades de cada um os conteúdos não estão de acordo com a inclusão, nem os recursos e avaliações realizadas durante o ano letivo. Na realidade os alunos especiais devem desenvolver o máximo sua potencialidade, segundo suas possibilidades percebidas, incentivada e compreendida pela escola e pelo o educador.

A inclusão das pessoas com necessidades especiais no ensino regular em nossa sociedade nos faz refletir sobre indivíduos que estão sendo acolhido em nosso ambiente social, abandonando o preconceito com as pessoas consideradas diferentes.

Tendo em vista que a escola inclusiva alcança uma mudança no ensino tradicional levando seus professores, a equipe técnica e os funcionários da escola, a se aproximar dos alunos especiais fazendo um excelente trabalho de inclusão em toda a comunidade escolar para que possa ter um bom desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem no ensino regular estabelecendo novos meios de avaliar de acordo com todas as necessidades destes alunos. O processo de inclusão se refere a uma ação educacional que visa ampliar o máximo a habilidade da criança especial na escola e no ensino regular.

2. ENSINO REGULAR PARA AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: UM BREVE HISTÓRICO

2.1 ENSINO REGULAR NO BRASIL

O ensino regular de pessoas especiais teve início no Brasil no ano de 1980, no “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” hoje Instituto Benjamin Constant e o “Instituto dos surdos-mudos” hoje conhecido como INES (Instituto Nacional dos Surdos) ambos são consideradas instituições pioneiras de atendimento ao deficiente em âmbito Federal, nos dias de hoje essas instituições

são orientados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) que representa um marco na Educação Especial do Brasil.

Antes do surgimento dessas escolas os especiais eram tratados em hospitais psiquiátricos, manicômios, instituições segregadoras ou mesmo escondidas por parentes dentro de suas casas eram consideradas pessoas sem valor, nulas. A educação no Brasil destinada as pessoas deficientes foi por muito tempo tido como diferenciada da educação regular, ou seja, a educação era diferenciada tanto pelo tipo de aluno que a recebia, como também a proposta pedagógica operacionalizada, aos recursos, aos materiais e equipamentos específicos usados para atender exclusivamente os mesmos.

Diante dessa realidade, as instituições particulares e filantrópicas se juntaram para lutar pelos direitos dessas pessoas, fazendo com que a educação delas tornasse o eixo principal das discussões sobre a discriminação, o preconceito e a falta de programas de saúde que os atendessem.

Na década de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para todos na Tailândia, aonde foi proclamada a Declaração de Jomtien comprometendo-se perante a comunidade internacional de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país. Em seguida no ano 1994 o Brasil participou de uma Conferência Mundial na Espanha realizado pela UNESCO, onde o Brasil assinou a Declaração de Salamanca juntamente com outros 91 governos e 25 Organizações tendo como objetivo a atenção educacional aos alunos com necessidades especiais.

Na declaração de Salamanca (7 a 10 de Junho de 1994) ficaram estabelecidos os seguintes pontos para melhoria das necessidades educativas:

- a) *Todas as crianças de ambos os sexos tem direito fundamental a educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimento;*
- b) *Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;*
- c) *Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;*
- d) *As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso as escolas comuns, que deverão integrar-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;*
- e) *As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos. (Maria Salete, 2006, p. 15-16.)*

A Declaração de Salamanca chamou a atenção dos governantes para a necessidade de todo investimento possível nas escolas para que possam atender com qualidade todas as pessoas independente de suas necessidades e/ou dificuldades, além da Declaração Salamanca a Constituição Federal tem uma lei específica para a educação dos especiais nas escolas públicas, a Lei de Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 que dispõe do seguinte art: 59, § III:

A responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos de idade, ou seja, da oferta de Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens que neles residem. Assim, passou a ser responsabilidade do município formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para implementar, em sua realidade sociogeográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) permite que todo e qualquer pessoa com necessidades especiais ter acesso à educação de qualidade e específica, sem que promova desconforto ao estudante especialmente desenvolver seu aprendizado no ensino regular. Nos anos sub-seguintes foram criados mais Leis e Decretos que promovem a inclusão dos especiais na sociedade, permitindo que possam se comunicar, interagir e ter um atendimento mais adequado nas salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), além disso, esse contato com outras pessoas mostra a interatividade entre viver sem limitações e viver com limitações físicas, motora, mental, visual e auditiva.

Uma instituição que trabalha com especiais no Brasil é a PESTALOZZI foi criada em Novembro de 1932, a pessoa responsável pelo movimento foi a Pesquisadora e Educadora Helena Antipoff que dedica a trabalhar com crianças especiais, implantou no Brasil uma política de educação e assistência às crianças com necessidades especiais. O movimento PESTALOZZI atualmente possui cerca de 100 Unidades espalhada por todo país, sua missão é de contribuir para melhoria da qualidade de vida utilizando ações que valorizem o ser humano.

2.2 ENSINO REGULAR NA PARAÍBA

A história da Educação especial, na cidade de João Pessoa ocorreu no dia 16 de agosto de 1943, onde se criou o Instituto de Neuropsiquiatria Infantil decorrente de um decreto do governo estadual, pois não havia nenhum registro documental sobre as pessoas deficientes no âmbito educacional/ institucional. A história da educação especial, na Paraíba tem todo o relato

através da primeira professora do Instituto de Neuropsiquiatria Infantil, Hercy Sobral Chisispim Pereira professora pedagoga possui em suas memórias toda a lembrança daquele tempo.

O Instituto Neuropsiquiatria Infantil foi voltado para as crianças com deficiência mental que está documentado na Secretaria de Educação e Cultura no Estado da Guanabara – SECEG, era a Sede Nacional dos trabalhos com crianças “excepcionais” no Brasil.

O Decreto Federal Lei Nº 471, foi criado para ser executada pelos Estados da Federação Brasileira em adoção a novos meios de respeito, dignidade e integração relativos às pessoas especiais. O Instituto Neuropsiquiatria foi criado com objetivo de ser um internato e de proporcionar atendimento médico, psicológico e pedagógico, como um processo de reabilitação educacional para todas as crianças com deficiência mental que vivia nos manicômios da cidade de João Pessoa.

O Instituto Neuropsiquiatria demorou a ser implantado ficando só no papel como um projeto não realizado até que se resolvessem algumas burocracias (reforma do prédio), passaram se 16 anos com as portas fechadas, tudo isso ocorreu por causa de uma determinação legal a ser atendida pelo Estado, sua sede era localiza na Avenida D. Pedro II onde hoje funciona a Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba – SSEP, quando foi criado o instituto tinha capacidade para 90 leitos para seus internos e que hoje funciona como salas administrativas.

Na década de 1940, as pessoas que possuíam deficiência mental eram largadas nos hospitais psiquiátricos da cidade de João Pessoa onde eram mantidos longe da sociedade entregues à própria sorte. Os primeiros internos do Instituto de Neuropsiquiatria Infantil foram crianças e adolescentes que viviam na Colônia Juliano Moreira recebia um tratamento a base de medicamentos, além disso, não possuíam atividades educacionais e sociais tendo que dividir o mesmo espaço que os outros internos (adultos) sem realizar nenhuma atividade.

A primeira escola de Educação Especial do Estado foi criada em 03 de Setembro de 1973, durante o governo de Ernani Sátiro (1971-1975), a escola tinha como objetivo ajudar as crianças com deficiência mental como era atendido poucas crianças resolveram abrir uma sala para crianças surdas, a primeira diretora da escola foi à professora Elza Moraes de Andrade.

O Instituto dos Cegos da Paraíba, hoje “Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha” fundadora do Instituto, inaugurado em 16 de Março de 1944, na cidade de João Pessoa, foi pioneiro em atender a pessoas cegas tanto na grande João Pessoa como em toda a Paraíba. O Instituto dos Cegos ainda continua proporcionando o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, com os assuntos do ensino fundamental e tendo uma educação especializada para crianças, jovens e adultos cegos, tendo o foco voltado para a educação inclusiva a partir da 5ª série.

Para que os alunos sejam incluídos no ensino regular eles precisam dominar o *soroban* (Recurso educativo específico e imprescindível para execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual), e a orientação e mobilidade, ou seja, ensinar os cegos a utilizarem corretamente a bengala para sua locomoção em logradouros públicos, escolas e outros serviços que 8d8qüentam no dia a dia. O instituto dos cegos é a única escola especializada para cegos com regime de internato e semi-internato, nos anos 80 surgiu a FUNAD (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência) com objetivo de habilitação, reabilitação e profissionalizar a pessoa portadora de deficiência visual, a FUNAD funciona como Coordenação de atendimento em todo o Estado da Paraíba.

A FUNAD tem convenio com a Escola Estadual Ana Paula Ribeiro Barbosa Lira que cede as salas de aula para o ensino infantil, fundamental e EJA ambas oferecem atendimento clínico e educacional para pessoas com deficiência mental, visual, auditiva, física, múltipla, acidentados de transito, do trabalho, sequelados de hanseníase e outras com coordenações e assessorias específicas.

Além da FUNAD existe SUVAG (Sistema Universal Verbotonal de Audição Guberina) que trabalha só com pessoas surdas, surgiu no ano de 1984 com fins de realizar programas de recuperação e reeducação auditiva, ou seja, as obrigava a serem oralizada com estudos de foniatría, de logopedia e pesquisa da educação de pessoa surda e da fala, o SUVAG teve sua primeira sede na Avenida Santa Catarina no bairro dos Estados e atualmente funciona no campus I da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), a instituição contribui com o acesso a cursos de Libras para as pessoas ouvintes e para os próprios surdos.

3. O DESVELAR DE UMA PRÁTICA

Os docentes dos dias de hoje estão se adaptando aos novos programas educacionais nas escolas através de planos pedagógicos e/ou didática teórica, para atender de maneira satisfatória os alunos com necessidades especiais, a didática teórica é aquela desenvolvida nos programas das disciplinas que visam à ação educativa, porém serve para planejar, acompanhar e avaliar o processo de ensino.

Segundo Mager “Uma formulação clara de objetivos vai prover com uma base sólida a escolha de métodos e materiais, bem como a seleção de meios para avaliar o resultado da aprendizagem” (2002, p. 24), ou seja, o ensino que está nos planos didáticos qual o educador ao preparar seu plano de aula precisará selecionar métodos, recursos materiais (domino didáticos,

soroban, alfabeto manual, emborrachado EVA entre ou outros), técnicas de ensino (sinais, braille, lupa), conteúdos e avaliação adequadas para cada aluno.

Percebe-se que a didática está fundamentada no objetivo que tem como fator principal o planejamento do ensino, mais o que é necessário para o dia a dia dos docentes e a didática. O educador muitas vezes não participa da preparação do plano educacional que está na grade curricular da instituição com a colaboração da equipe técnica (coordenador, psicopedagogo) que orienta e coordena os planos que podem ser bimestral ou semanal, devem ser cumpridos por todo o corpo docente da entidade.

Atualmente ainda nos deparamos com educadores que não dão importância ao planejamento de aulas, ou seja, os métodos e recursos serão utilizados durante o ano letivo como, por exemplo, aula expositiva, filmes, leitura coletiva, visita as exposições em museu sobre o corpo humano ou a evolução do humano, jogos, dinâmicas para incentivar o aprendizado dos alunos com necessidades especiais.

O educador que trabalha com a inclusão buscará técnicas que se adapte aos educando, realizando assim a inclusão desses alunos no processo de ensino-aprendizagem chegando a obter um bom resultado em seu método de ensino frente aos desafios que a vida oferece realizando a integração de cada um de acordo com suas necessidades.

Com objetivo de identificar se os educadores da disciplina de Educação Física estão se adequando a nova realidade das escolas com a inclusão dos alunos especiais ou se estão sendo submissos aos planos curriculares. Partindo do pressuposto de que os dados quantitativos servem de suporte para a análise qualitativa das informações foi elaborado um questionário semi-estruturado com quatro professores da rede pública de ensino nas cidades de João Pessoa e Cabedelo, além do questionário os entrevistados (que serão representados pelas letras do alfabeto: A, B, C e D) cederam cópias de seus planos de aula.

Onde o mesmo está dividido em três partes: a primeira parte consta dos dados gerais sobre a instituição (nome; endereço, ramo), a segunda parte aborda qual a formação o docente, tempo em atua na área da educação, qual o ano que leciona, trabalha com especiais e se aplica atividades adequadas, e qual a relação em professor e aluno. Para concluir a terceira parte que descreve os dados pessoais do entrevistado, sendo importante ressaltar que também ser analisado os planos de aulas para saber se eles atendem a necessidade dos deficientes. Dentre todas estas questões iremos para análise dos dados, nem todas as questões estão relacionadas com o objetivo do presente trabalho, por isso será tabulado apenas os dados das questões específicas que serão expostos por gráficos, já os planos didáticos será apresentados em

quadros devidamente explicados, para uma melhor visualização e entendimento por parte dos leitores.

3.1. PESQUISA E RESULTADO

Como mencionado acima, trataremos de analisar os dados baseados em quadros e gráficos, bem como os seus respectivos comentários, iniciaremos com o nível e formação acadêmica dos entrevistados, seguido da análise das informações sobre o tempo de atuação e o ano em que leciona seguido da análise das informações sobre os planos pedagógicos representados pelos gráficos têm as porcentagens e alguns levam as variáveis. A quadro possui dados agrupados sobre os planos de cada um dos entrevistados que apresentar os objetos gerais e específicos, procedimentos metodológicos e avaliação.

O quadro 1 apresenta o plano didático do professor A, que da aula para alunos do 1° e 9° ano de ensino fundamental em uma Escola Municipal na cidade de Cabedelo. O mesmo criou seu plano pensando em trabalhar o corpo através de exercícios que trabalhem a coordenação motora que é muito importante para os deficientes físicos que necessitam se exercitar par desenvolver melhor os movimentos que mais possui dificuldades.

Com relação às atividades de raciocínio lógico utilizadas pelo professor A são de grande falia para os deficientes mentais que precisam ter mais habilidades que venham influenciar na evolução do aprendizado escolar e no convívio co a sociedade.

QUADRO 1- PLANO PEDAGÓGICO	
EDUCADOR – A (Do 1º ao 9º do Ensino Fundamental)	
OBJETIVOS GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar as aulas e direcionar o aluno a prática de uma educação que trabalhe tanto o corpo e a mente.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades que venham exercitar habilidades sociais e que possa ser repassado para sua comunidade. • Trazer para dentro das aulas, brincadeiras que possam ser feitas na comunidade que vive. • Aplicar atividades que venham exercitar os aspectos e habilidades perceptivas e coordenação motora global e exercitar o raciocínio obedecendo a regras. • Vivenciar diversas práticas esportivas, exercitar habilidades pré-desportivas, conhecer regras que regem os esportes.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar materiais reciclados e improvisados que possam ajudar assim no desenrolar das aulas. • Realização das atividades: será utilizado como técnica de ensino, brincadeiras de salão, historicidade e jogos com regras. • Aula estruturada: primeiro será feito um roda, onde explicará o que deve ser feito na aula; num segundo momento será realizado as atividades planejadas e por fim será analisados e reavaliado todo o aproveitamento do que aconteceu na aula.
AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • A avaliação realizada será continua e com critérios de observação que possam vir à melhor a realização as atividades e analisar o desempenho de cada aluno durante a atividade.

O quadro 2 apresenta os dados do plano de aula do professor B que leciona alunos do 2º no do ensino fundamental I em uma Escola Municipal na cidade de Cabedelo, seu plano aborda brincadeiras populares (pega-gelo, correr) para incentivar a participação do aluno. Um aluno com autismos é muito importante que se use este método, pois proporciona o contato físico permitindo que o mesmo interagisse com as pessoas.

QUADRO 2- PLANO PEDAGÓGICO	
EDUCADOR – B (Fundamental I)	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Correr para não ser pego e ajudar ao colega que foi tocado, a fim de que este volte a participar da dinâmica a brincadeira.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	<ul style="list-style-type: none"> • 1º Momento: A aula iniciará com uma roda de conversar, onde será exposta para os alunos a atividade que vai ser desenvolvida e seu objetivo; • 2º Momento: A atividade se dá quando um aluno é dominado o “pega”, e este terá a função de tocar os outros alunos que por sua vez estão correndo a fim de não serem tocados por ele e caso sejam tocados ficaram “congelados”, em posição de estatueta e só poderá sair desta posição se um colega, que não está congelado, o tocar. • 3º Momento: Após a realização da atividade, será feita outra roda de conversa com o intuito de saber dos alunos se eles gostam da aula, se houve alguma dificuldade e em que podemos melhorar.
AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Para a avaliação vai ser feita uma planilha que constará o nome de cinco ou seis alunos, observados durante a aula, em que estágio do movimento correr eles se encontram e como foi desenvolvido o aspecto solidariedade de cada um (se ajudaram uns aos outros no momento em que estavam “congelados”).

O quadro 3 apresenta dados sobre o plano pedagógico do professor C, o mesmo leciona no 9º ano e no ensino médio de uma Escola Estadual na cidade de João Pessoa, o plano referente ao 9º ano pode ser trabalhado com deficientes auditivos, visual, imperativo e autista, pois tais exercícios incentivam o aluno a ter mais atenção na coordenação motora, se relacionar melhor com as demais pessoas e facilita o aprendizado. Já o plano do ensino médio permitiu que o aluno com deficiência visual trabalhasse melhor os seus outros sentidos como a audição ao utilizar a bola específica e também à coordenação motora, com relação ao professor D, o mesmo não apresentou o plano didático.

QUADRO 3- PLANO PEDAGÓGICO

EDUCADOR – C (9º ano)

OBJETIVOS GERAIS	<ul style="list-style-type: none">• Analisar, compreender e manipular através do lúdico, elementos que compõem as regras dos jogos como instrumentos de criação e transformação, bem como capacitar o seu desenvolvimento de autocontrole, de cooperação, de respeito mútuo, das suas potencialidades físicas, buscando encaminhar os conflitos através do dialogo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none">• Iniciação e revisão dos principais fundamentos nas regras e sinalização do futebol.• Funcionamento da atividade física na gestação, riscos, indicações e benefícios.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Aulas expositivas, teóricas práticas, envolvendo debates em sala de aula, discussão e análise de textos.
AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Será realizada através de trabalhos, pesquisas, avaliações práticas e teóricas.

QUADRO 3- PLANO PEDAGÓGICO

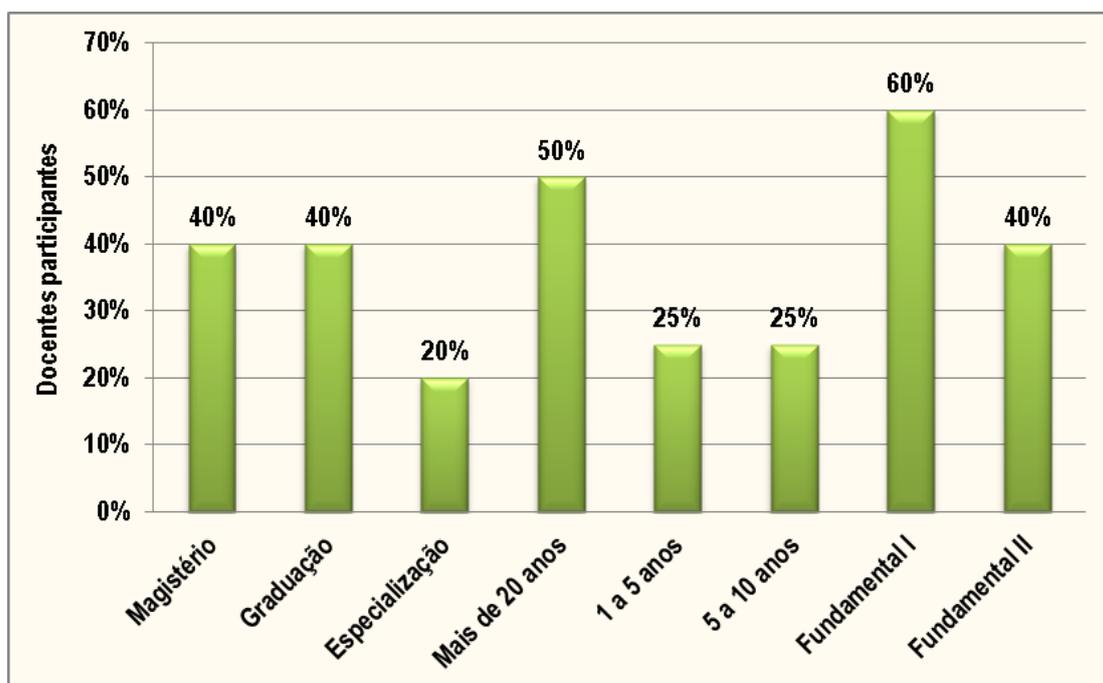
EDUCADOR – C (Do 1º ao 3º ano do ensino médio)

OBJETIVOS GERAIS	<ul style="list-style-type: none">• Através da iniciação esportiva, e dos assuntos atuais que regem a área da atividade física capacitar o seu desenvolvimento de autocontrole, de cooperação, de respeito mútuo, das suas potencialidades físicas, buscando encaminhar os conflitos através do diálogo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none">• Aprofundamento da historia, fundamentos regras e sinalizações do basquetebol.• Benefícios, da atividade física na infância e adolescência para o resto da vida.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	<ul style="list-style-type: none">• Aulas expositivas, teóricas práticas, envolvendo debates em sala de aula, discussão e análise de textos
AVALIAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Será realizada através de trabalhos, pesquisas, avaliações práticas e teóricas.

Os entrevistados também responderam a um questionário elaborado com perguntas que abordam assuntos específicos para verificar se os alunos especiais estão inclusos nas aulas de educação física, através do questionário pode-se perceber que alguns professores não preparam seus planos pedagógicos pensando nos especiais.

O questionário apresenta como pontos principais para a comparação com seus respectivos planos as seguintes questões: “Quando elabora o plano de aula adapta as atividades para que os especiais possam participar” e “A escola em que trabalha utiliza metodologias educacionais voltadas para as pessoas com necessidades especiais”, além das perguntas sobre a formação e o tempo em que trabalha na área da educação. Como mencionado acima o gráfico representara em porcentagem os dados do questionário aplicado com os quatro educadores, seguido da análise dos planos que será com parado com os dados no gráfico abaixo:

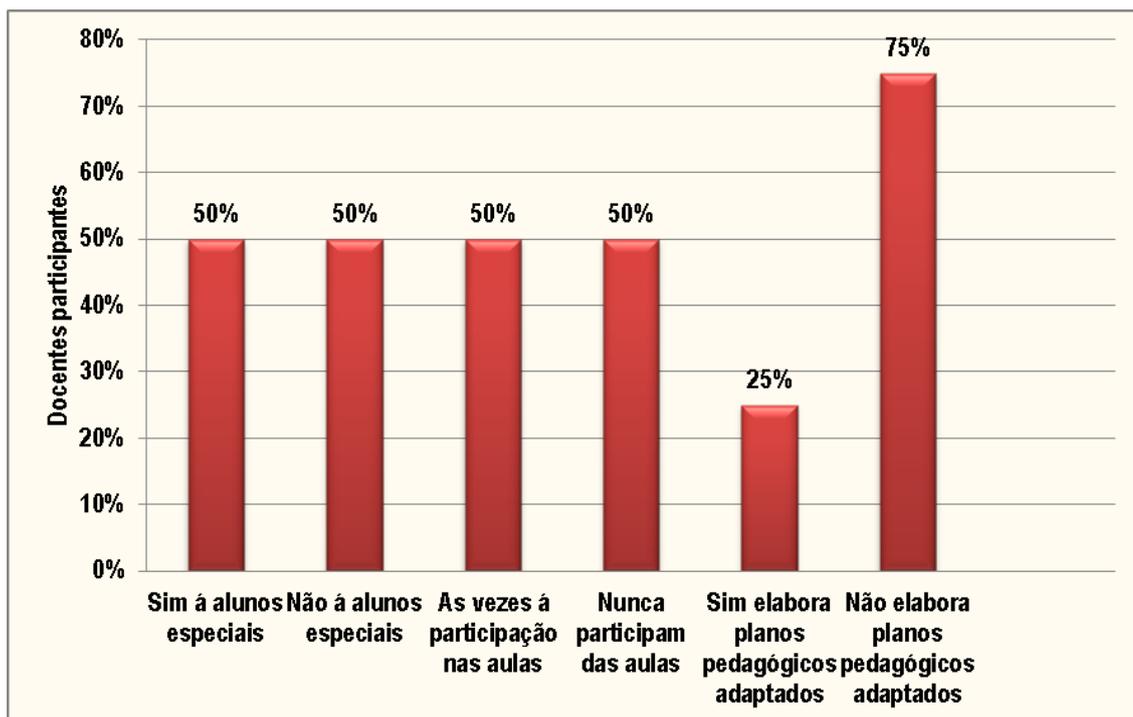
GRÁFICO 1: Representação do grau de Escolaridade e tempo de atuação na área.



O gráfico 1 representa os dados da 2ª parte do questionários, dos quatro entrevistados 40% possuem formação em magistério, 40% tem formação em graduação e apenas 20% Especialização em Educação física escolar; já em relação ao tempo e atuação na área da educação 50% dos entrevistados trabalham as mais de 20 anos, 25% atuam e 1 a 5 anos e os outros 25% atuam entre 5 a 10 anos; os entrevistados também responderam perguntas sobre o ano em que leciona 60% ensinam no Fundamental I e 40% ensinam o fundamental II.

Na terceira parte do questionário foram levantadas questões específicas sobre o tema do presente trabalho, ou seja, se os professores quando elaboraram seus planos didáticos pensam nos especiais, se usam métodos educacionais na escola em que trabalha e qual a relação com os alunos especiais tais dados serão expostos no gráfico 2:

GRÁFICO 2: Elaboração de Plano pedagógico para aulas e qual é a frequência de alunos especiais nas aulas.

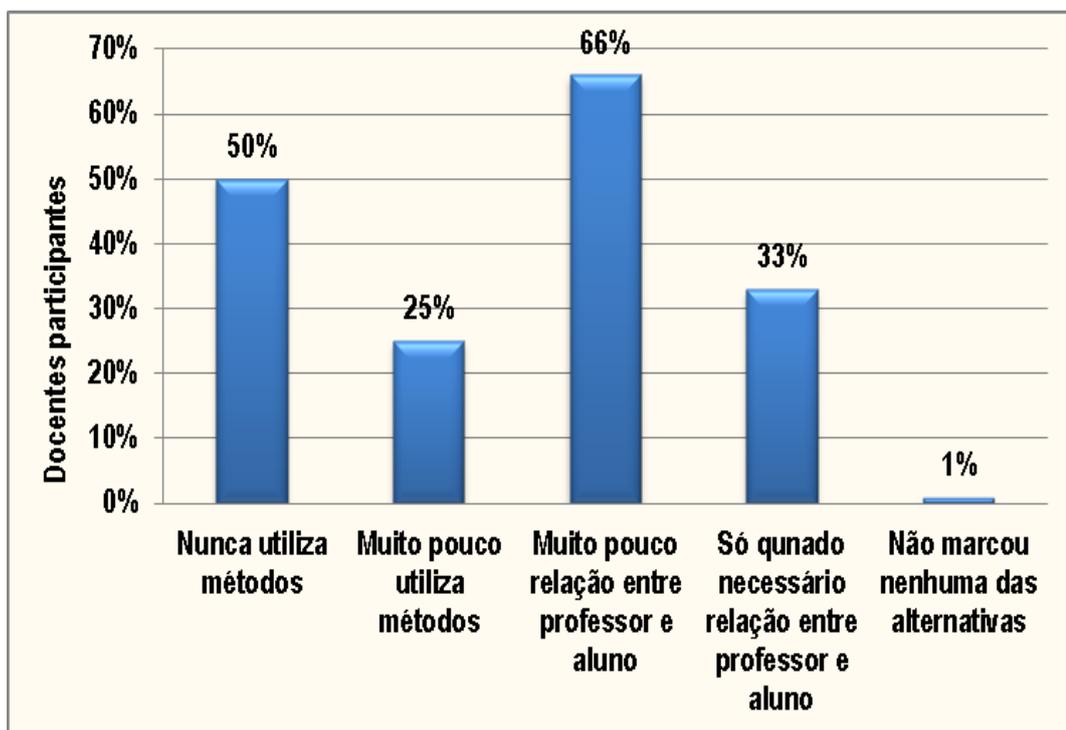


Baseado nos dados exposto no gráfico 2, concluímos que os dois dos quatro entrevistados não ensinam especiais apesar de trabalharem em escolas e ensino regular, ou seja tais dados representados em porcentagem teremos uma divisão igualitária a 50% Sim e 50% Não; já na pergunta sobre a participação dos alunos com necessidades na atividades de educação física também obtivemos uma divisão igualitária de 50% as vezes participam e 50% nunca participam. Nos que diz respeito à pergunta o sobre o plano pedagógico está adaptado as necessidades dos alunos especiais ou uma divergência onde 75% disseram que não elabora e 25% que elaboram seus planos de acordo com cada necessidade.

Também foi levantado um questionamento sobre as metodologias educacionais proposta pela escola em que trabalham dois dos quatros deu a mesma resposta, ou seja, 50% disseram que nunca houve tal preocupação da escola em criar plano adequado para os especiais, 25%

disseram que com freqüência isso ocorre na escola em que lecionam e os outros 25% diz que muito pouco a essa preocupação na criação de seus planos educacionais. Inclusive um dos professores justifica sua resposta que apesar da escola em que leciona ser pioneira na educação inclusiva falta mais incentivo para a realização de um trabalho melhorar nas escolas de ensino regular e seu município como mostra o gráfico 3:

GRÁFICO 3: Método de integração do aluno especial com o professor



A última pergunta foi qual o grau e relação entre professor e aluno dos quatro entrevistados 66% responderam que muito pouco ocorre esse contato justificando que o contato com o aluno só ocorre durante sua aula ou em eventos da escola, 33% respondeu que só quando é necessário há um contato entre professor-aluno e 1% não quis responder, porém justificou sua resposta dizendo o seguinte:

“Nenhuma das respostas. Acredito que a relação professor-aluno e aluno-professor deve-se existir sendo conceituado no melhor grau possível de harmonia, respeito, compromisso e carinho, independente se o aluno apresente alguma necessidade especial ou não. Isso quando consideramos “necessidade especial” caracterizado pela sociedade como sendo algo fora do padrão de normalidade de uma pessoa, pois acredito que cada aluno em sua individualidade apresente algum tipo de necessidade e todas elas sendo especial. Isso porque cada aluno que temos é um ser único, diferente, com histórias de vida muito distintas uns

dos outros e com comportamentos específicos e surpreendentes, que se buscarmos à fundo com certeza encontraremos muitas respostas para nossos questionamentos no que se refere as expressões de atitudes, comportamentos e pensamentos que eles manifestam, tornando-os assim alunos com suas próprias necessidades especiais que acredito não se diferenciarem muitas vezes dos alunos que, hoje, em nossa sociedade são caracterizados como alunos com necessidades especiais”(Entrevista realizada no dia 25/03/2011).

Os dados exposta mostram a realidade de quatro educadores e escola diferente, cidades diferentes mais com fatos muito parecidos ou até mesmo iguais, ou seja, alguns educadores se adaptaram mais as escolas não apesar de serem do “ensino regular” onde a inclusão de veria ser uma prioridade par os gestores e para o comitê de educação de cada cidade ou estado.

3. CONCLUSÃO

Destacamos que a inclusão das pessoas com necessidades especiais vem sendo um assunto muito importante nos últimos tempos, sua história traz cicatrizes correspondentes a uma educação cheia de falhas e preconceitos. A política brasileira vem com suas leis durante o processo de inclusão que muita das vezes deixou de atuar de forma correta no âmbito educacional passando por vários períodos de inclusão, aceitação das pessoas especiais que era desprezado pela sua família ou pela sociedade. Eram largados em hospitais sem nenhuma estrutura, sem atendimento educacional especializado, ou seja, não havia trabalho pedagógico para alcançar os objetivos educacionais como o letramento e a socialização, pois existiam muitas barreiras na aprendizagem dessas pessoas especiais que durante anos lutaram para ganhar um espaço na sociedade, sendo reconhecidos como pessoas doentes que mereciam ficar em hospitais para tratamentos.

Podemos perceber que grandes mudanças estão acontecendo no ensino das pessoas com necessidades especiais, pois hoje encontramos essas pessoas no ensino regular participando do ensino educacional em seu desenvolvimento cognitivo, na família, na sociedade e o mais importante na escola. Não adianta criar só leis, mas aplicá-las para que possa ter transformações no âmbito escolar.

O presente trabalho procurou apresentar a inclusão de alunos especiais nas aulas de Educação Física e o grande valor da adaptação do plano de ensino dos docentes, como também apontando a forma do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular que irá incidir em caráter físico, social ou cognitivo. Neste sentido, destacamos

que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades. Como também é importante ressaltar que o currículo da educação básica também deve ser adaptado para atender as necessidades de cada aluno especial.

A partir da pesquisa realizada para elaboração deste artigo pode-se observar que a inclusão ainda é um assunto de muita discussão em que a teoria está presente, porém a prática fica a desejar, precisa-se de mais desempenho por parte da escola, família, sociedade também se pode observar a falta de interesse por parte dos docentes da disciplina de Educação Física seus planos de ensino estavam faltando adaptações para os alunos especiais que tem na escola ficando assim difícil de realiza um bom processo de inclusão no ensino regular.

Provando que a integração escolar nos últimos 31 anos ainda continua a mesma, pois houve poucas mudanças em seu processo de ensino e adaptação, é necessário ao mesmo tempo em que o processo de aceitação e decisão da política de privilégio as bases empíricas providas pela pesquisa científica a respeito da inclusão escolar em nossa realidade. Acreditamos que com esses caminhos inclusivos, seja possível lembrar a união entre passado, presente e futuro na inclusão de pessoas especiais no ensino regular levando a informação, a integração e aceitação de todos, mostrando que “a educação é para todos”.

5 REFERÊNCIAS

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática Teórica Didática Prática para Além do Conforto**. 7ª 19d. São Paulo: Loyola, 2002.

NÉRICI, Médio. **Educação E Ensino**. Ed. Reservados a IBRASA. São Paulo; 1985.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre A Educação Física Na Escola e a Educação Física como Componente Curricular**. 2ª 19d. Campinas – SP: Autores Associados, 2005. (coleção educação física e esportes).

CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Formação Continuada de Professores de Educação Física em Ambiente Inclusão**. Londrina: 19d. EDUEL, 2008.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

CARVALHO, Roseta Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Editora Mediação. Porto Alegre, 2002.

BARBOSA, Vera Lúcia de Brito. **Por Uma Pedagogia da Inclusão**. Editora Manufatura: João Pessoa, 2006.

STOBAUS, Claus Dieter, **MOSQUEIRA**, Juan José Mourino. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**. 2ª. 19d. Porto Alegre: Edipucrs. 2004.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica**. 2. 19d. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

HOLANDA, Maria de Fátima Duarte, **CAMINHA**, Iraquiton de Oliveira. **Memórias da educação especial: da integração à inclusão**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2008.

CARNEIRO, Rosane, **ABAURRE**, Nely Wyse, **SERRÃO**, Mônica Armon. **Transversalidade e inclusão: Desafios para o Educador**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional. 2003